

Amitrano, Claudio Roberto; de Magalhães, Luís Carlos Garcia; Vasconcelos, Lucas Ferraz

Working Paper

Regimes de crescimento e regimes de políticas públicas: Uma revisão da literatura e alguns resultados preliminares

Texto para Discussão, No. 3026

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Amitrano, Claudio Roberto; de Magalhães, Luís Carlos Garcia; Vasconcelos, Lucas Ferraz (2024) : Regimes de crescimento e regimes de políticas públicas: Uma revisão da literatura e alguns resultados preliminares, Texto para Discussão, No. 3026, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília,
<https://doi.org/10.38116/td3026-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/302257>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3026

**REGIMES DE CRESCIMENTO E
REGIMES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO DA LITERATURA E
ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES**

**CLAUDIO ROBERTO AMITRANO
LUÍS CARLOS G. DE MAGALHÃES
LUCAS FERRAZ VASCONCELOS**



**REGIMES DE CRESCIMENTO E
REGIMES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO DA LITERATURA E
ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES**

**CLAUDIO ROBERTO AMITRANO¹
LUÍS CARLOS G. DE MAGALHÃES²
LUCAS FERRAZ VASCONCELOS³**

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Dimac/Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Dimac/Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Amitrano, Claudio Roberto

Regimes de crescimento e regimes de políticas públicas : uma revisão da literatura e alguns resultados preliminares / Claudio Roberto Amitrano, Luís Carlos G. de Magalhães, Lucas Ferraz Vasconcelos. – Rio de Janeiro: Ipea, 2024. 39 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3026).

Inclui Bibliografia.
ISSN 1415-4765

1. Crescimento Econômico. 2. Regime de Demanda. 3. Regime de Produtividade. 4. América Latina. I. Magalhães, Luís Carlos G. de. II. Vasconcelos, Lucas Ferraz. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IV. Título.

CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

AMITRANO, Claudio Roberto; MAGALHÃES, Luís Carlos G. de; VASCONCELOS, Lucas Ferraz. **Regimes de crescimento e regimes de políticas públicas:** uma revisão da literatura e alguns resultados preliminares. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2024. 39 p. il. (Texto para Discussão, n. 3026). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3026-port>

JEL: E12; O11; O40; O54.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO DA LITERATURA	7
3 METODOLOGIA E DADOS UTILIZADOS.....	18
4 RESULTADOS.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

SINOPSE

O objetivo principal deste *Texto para Discussão* é analisar a evolução dos regimes de crescimento de um conjunto selecionado de países latino-americanos entre 2000 e 2021, de forma a caracterizá-los em relação aos seus regimes de demanda, como *export-led*, *investment-led* ou *consumption-led growth*. Adicionalmente, consideram-se os determinantes pelo lado da oferta que permitem identificar os regimes de produtividade que estão associados a esses regimes de crescimento. O trabalho procura contribuir para a identificação e avaliação das causas do baixo desempenho econômico, no geral, dos países da América Latina e, em particular, do Brasil desde os anos 1980. Diversos fatores têm sido apontados como causa desse atraso, incluindo instituições, estrutura produtiva e regimes de demanda. São apresentados a revisão da literatura econômica sobre o tema e os resultados empíricos obtidos preliminarmente, de forma a contribuir para a definição dos fatores incitadores e entraves ao crescimento econômico dos países latino-americanos selecionados, inclusive o Brasil.

Palavras-chave: América Latina; crescimento econômico; regime de demanda; regime de produtividade.

ABSTRACT

The main aim of the paper is to analyze the evolution of growth regimes in a selected set of Latin American countries between 2000 and 2021, in order to characterize them in relation to their demand regimes growth, such as *export-led*, *investment-led* or *consumption-led*. Additionally, supply-side determinants are considered, which allow identifying the productivity regimes that are associated with these growth regimes. The paper seeks to contribute to identifying and evaluating the causes of the low economic performance, in general, of Latin American countries and, in particular, of Brazil since the 1980s. Several factors have been identified as causes of this delay, including institutions, productive structure and demand regimes. A review of the economic literature on the topic and the preliminary empirical results obtained are presented, in order to contribute to identifying the driving factors and obstacles to economic growth in the selected Latin American countries, including Brazil.

Keywords: Latin America; economic growth; demand regime; productivity regime.

1 INTRODUÇÃO

Desde meados dos anos 1980, a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, têm apresentado taxas de crescimento econômico medíocres, abaixo tanto de suas respectivas médias históricas entre 1930 e 1980 como da média mundial. Esta desconexão com a economia mundial tem levado a região a um descompasso com as trajetórias mais exitosas de desenvolvimento, sobretudo num período de enormes transformações internacionais e de deslocamento do eixo dinâmico da economia mundial do Atlântico para o Pacífico (Quah, 2011; Cox, 2012; Khanna, 2019).¹

As causas do atraso latino-americano recente são diversas, assim como variadas são suas interpretações. Por um lado, alguns autores têm chamado a atenção para o papel central que as instituições cumprem no baixo desempenho da região. Por outro lado, alguns estudiosos destacam o papel deletério da estrutura produtiva heterogênea dos países latino-americanos. Há ainda aqueles que sugerem que a baixa complementaridade entre os diversos domínios institucionais seria a causa fundamental desse desempenho medíocre. Por fim, uma parcela da literatura econômica atribui o baixo desempenho às insuficiências ou inconsistências dos regimes de demanda.

Este trabalho visa contribuir para o entendimento do baixo desempenho econômico da região. Mais precisamente, o objetivo consiste em analisar a evolução dos regimes de crescimento de uma amostra intencional não aleatória de países da América Latina, a saber, Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica e México, entre 2000 e 2021.² Neste sentido, o texto procura identificar as características centrais dos regimes de crescimento dos países selecionados, bem como suas eventuais modificações entre 2000 e 2021. A caracterização dos regimes de crescimento configura um passo importante no estabelecimento de um diagnóstico adequado dos elementos condicionantes, e por que não dizer incitadores, do crescimento econômico dos países da amostra.

Tendo em vista o baixo crescimento da economia brasileira nos últimos anos, o recrudescimento da pobreza e a piora nos indicadores de desigualdade, este estudo contribui com a literatura contemporânea na elaboração de um diagnóstico robusto sobre os elementos incitadores e os entraves ao crescimento econômico, tanto do Brasil como de países congêneres, assim como para a análise da consistência e/ou da coerência entre os regimes de políticas públicas e os regimes de crescimento a elas associados.

1. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/asia-pacific/the-asian-century-has-arrived>.

2. Em outro trabalho, procurar-se-á analisar a relação entre os regimes de políticas públicas que estão articulados e/ou dão suporte aos respectivos regimes de crescimento de cada país.

TEXTO para DISCUSSÃO

A questão central que orienta o processo de investigação, ora em curso, está relacionada à possibilidade, de fato, de caracterizar esses regimes de crescimento por meio de seus regimes de demanda, isto é, como alguma variante de *export-led*, *investment-led* ou *consumption-led growth*, tal como descritos pela literatura. Além disso, quais elementos relativos aos regimes de produtividade e, portanto, à organização e dinâmica do processo produtivo não contemplados nas classificações aventadas pela literatura podem ser evidenciados?

A hipótese fundamental que norteia este trabalho é que o tipo de regime de crescimento dos países da amostra depende de cinco fatores, dois de natureza externa, três de natureza interna. Entre os fatores externos, destacam-se: i) regimes de crescimento dos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento com dinamismo econômico; e ii) equilíbrio macroeconômico global. Entre os fatores internos, por sua vez, ressaltam-se: i) características institucionais dos países em desenvolvimento;³ ii) políticas públicas dos países da amostra; e iii) coalizões políticas domésticas de suporte. Entretanto, neste primeiro estudo, destacaremos apenas a configuração dos respectivos regimes de crescimento analisados.

O texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 faz uma revisão sintética da literatura sobre as causas do descolamento do crescimento latino-americano, enfatizando a abordagem da economia política comparada (*comparative political economy*) e seus desdobramentos, em especial a *growth model perspective* (GMP); a seção 3 apresenta a metodologia baseada na contabilidade do crescimento pelo lado da demanda para a determinação dos regimes de crescimento, mas introduz como contribuição original do trabalho a identificação de elementos pelo lado da oferta para distinguir os regimes de produtividade; a seção 4 apresenta os resultados empíricos para os países latino-americanos selecionados; e a seção 5 traz as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O debate sobre os determinantes recentes do atraso no desempenho econômico latino-americano aponta para diferentes fatores, e sua interpretação ainda está em aberto. Numa perspectiva de longuíssimo prazo, Acemoglu, Johnson e Robinson

3. Deve ser notado que essa abordagem supõe que as alterações institucionais ocorrem no longo prazo e coevoluem com os processos de alteração da estrutura econômica e social. Nesse sentido, Przeworski (2004) defende que as instituições poderiam ser consideradas mutuamente endógenas aos determinantes do processo de desenvolvimento econômico no longo prazo. Ou seja, no curto prazo, as instituições e suas complementaridades apresentam relativa estabilidade, mas podem evoluir conjuntamente à medida que as transformações socioeconômicas ocorrem.

(2001; 2005), Engerman e Sokoloff (1997) e North, Summerhill e Weingast (2000) procuram chamar a atenção para o papel deletério e decisivo que as instituições chamadas de extrativas,⁴ associadas sobretudo à precariedade dos direitos de propriedade, têm nesse processo de *falling behind*.

Por sua vez, autores como Vernengo e Caldentey (2017), Bertola e Ocampo (2012), Ocampo, Rada e Taylor (2009), Ocampo (2005) e outros têm alertado sobre o papel que a estrutura produtiva heterogênea e o padrão assimétrico de inserção no comércio e nas finanças mundiais têm assumido na dinâmica do desenvolvimento latino-americano.

A chamada economia política comparada também tem dado sua contribuição nessa matéria. Originalmente formulada para a análise das trajetórias de desenvolvimento dos países desenvolvidos,⁵ essa literatura confere ênfase ao papel que a complementaridade institucional possui no funcionamento de determinados domínios econômicos, tais como relações industriais (sindicatos), sistemas de treinamento e educação, sistema financeiro e de governança corporativa e relacionamento interfirmas (clientes, fornecedores e parceiros), assim como ao impacto que essa complementaridade tem sobre o desempenho econômico de longo prazo. Esse é o caso, principalmente, da abordagem de variedades de capitalismo (*varieties of capitalism* – VoC), formulada, originalmente, por Peter Hall e David Soskice para a compreensão dos distintos estilos de desenvolvimento dos países desenvolvidos (Hall e Soskice, 2001; Hancké, Rhodes e Thatcher, 2007; Hall e Thelen, 2009). De acordo com essa abordagem, as economias convergiriam para dois modelos distintos de capitalismo, economias liberais de mercado ou economias coordenadas de mercado, de acordo com suas respectivas configurações institucionais. Quaisquer outros arranjos institucionais levariam a equilíbrios instáveis, evanescendo no longo prazo, tendendo ou à estagnação ou a um dos modelos anteriores.

Recentemente, parte dessa literatura voltou sua atenção aos distintos modelos de capitalismo nos países em desenvolvimento. Esse é o caso, por exemplo, de Schneider (2004; 2009), Boschi (2011) e Becker (2014). Embora reveladora de inúmeros aspectos importantes sobre o desenvolvimento, esta literatura tem sido criticada, entre outras

4. Segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2005), as instituições extrativas seriam aquelas com as seguintes características: i) inexistência de direitos de propriedade; ii) ausência de garantias contra a expropriação governamental; iii) baixa capacidade de impor limites às elites; e iv) inexistência de mecanismos garantidores de oportunidades iguais para todos.

5. Para uma discussão sobre o caso europeu recente, conferir Nölke (2016).

coisas,⁶ por ser excessivamente centrada na dimensão da oferta dos processos de crescimento econômico.

Baccaro e Pontusson (2016), por exemplo, apesar de reconhecerem os inúmeros méritos da abordagem VoC, chamam a atenção para o fato de que a instabilidade faz parte da dinâmica econômica de longo prazo e que, para que se possa compreender de forma plena a trajetória das economias no tempo, é preciso avaliar quais são seus *drivers*⁷ de crescimento pelo lado da demanda, uma vez que esta seria a principal fonte de impulso e retração da economia, assim como de instabilidade.⁸ A chamada GMP foca sua análise no peso de cada componente na demanda agregada sobre a taxa de crescimento do produto $\left(\frac{\Delta C}{\Delta Y}; \frac{\Delta I}{\Delta Y}; \frac{\Delta G}{\Delta Y}; \frac{\Delta(X-M)}{\Delta Y}\right)$,⁹ em linha com grande parte da literatura pós-keynesiana contemporânea.¹⁰

Nesse sentido, os autores procuraram analisar os distintos modelos de desenvolvimento (ou variedades de capitalismo) a partir dos componentes da demanda agregada que mais contribuíram para a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de Alemanha, Suécia, Itália e Reino Unido, entre 1994 e 2007.

Segundo os autores, enquanto a Alemanha se caracterizaria por ter um *manufacturing-based, export-led growth model*, que depende, em larga medida da compressão do custo real unitário do trabalho via contenção do consumo, no Reino Unido,

6. Para uma análise mais geral do debate crítico sobre a VoC, conferir Amitrano (2010; 2011), Amable (2003; 2018a), Boyer (2005; 2015), Campbell e Pedersen (2007), Coates (2005), Crouch (2005), Deeg e Jackson (2007) e Hope e Soskice (2016).

7. Ao tratarmos dos *drivers* de crescimento, estamos, implicitamente, atribuindo um sentido causal ao que, em sua essência, é uma identidade contábil. Trata-se de uma especulação teórica e não implica inferência causal no sentido estatístico. Em última análise, a justificativa para o estudo da macroeconomia reside na construção de um corpo de conhecimento que serve como base para a formulação de políticas econômicas, visando ao controle, seja efetivo ou desejado, de uma variável específica. O estudo da causalidade, por sua vez, examina as relações que possibilitam que uma variável exerça influência sobre outra. Podemos afirmar, então, que todo o debate macroeconômico tem considerações causais implícitas (Hoover, 2001). A reflexão metodológica sobre a natureza e a prática da análise causal tem uma longa história na filosofia e na ciência (Beebe, Hitchcock e Menzies, 2009; Hicks, 1980; Hoover, 2001; Humphreys, 2016; Maziarz, 2020; Morgan, 2013). Contudo, aprofundar-se nessa discussão está além do escopo deste trabalho.

8. Uma discussão semelhante foi levantada, originalmente, por Amitrano (2010).

9. Note que $\Delta C \Delta Y = \Delta C Y \Delta Y$ e assim sucessivamente para todos os componentes da demanda agregada (Hein, Meloni e Tridico, 2020). Entretanto, há um erro na forma de mensuração da contribuição dos componentes da demanda agregada. Como demonstraremos adiante, a contribuição para a taxa de crescimento de uma variável discreta corresponde ao peso da variável componente, multiplicado por sua taxa de crescimento.

10. Para uma síntese desse debate, conferir Lavoie (2022); Hein (2014); Blecker e Setterfield (2019).

por exemplo, vigeria um *consumption-led growth model*, centrado no aumento do consumo das famílias.¹¹

Por sua vez, a Suécia seria um caso híbrido em que tanto as exportações como o consumo das famílias teriam uma contribuição relevante para o crescimento, uma vez que suas exportações são especializadas em manufaturas de alta intensidade tecnológica e serviços intensivos em conhecimento, cuja competitividade depende mais da qualidade do que dos custos de produção.

Por fim, o caso italiano se assemelharia mais ao da experiência alemã, cujo modelo de crescimento seria comandado pelas exportações sensíveis à concorrência em preço e com baixo crescimento do consumo doméstico.

Após a publicação original de Baccaro e Pontusson (2016), diversos estudos têm enfatizado o papel que a demanda agregada tem tido nas trajetórias de crescimento econômico dos países desenvolvidos (Hein, 2016; 2019; 2022; Hein, Meloni e Tridico, 2020; Hein e Martschin, 2020; Kohler e Stockhammer, 2021; Stockhammer, 2021). Um dos trabalhos pioneiros nessa perspectiva é o de Hein (2016). Dialogando com o debate sobre estagnação secular, o autor procurou mostrar que, diferentemente do que pensam alguns autores do *mainstream*, a estagnação econômica contemporânea não seria resultado nem da redução do crescimento potencial decorrente da menor expansão da produtividade total de fatores¹² (Gordon, 2012; 2014), nem de desvios do crescimento de curto prazo em relação à tendência de longo prazo decorrentes da existência de taxas de juros reais negativas nos países centrais e da impossibilidade de os bancos centrais reduzirem ainda mais a taxa de juros nominal (Summers, 2014; 2015).¹³ Também não seria resultado do baixo crescimento da produtividade associado ao fenômeno de histerese, decorrente dos períodos de retração da atividade econômica, especialmente depois da crise de 2007-2008 (Teulings e Baldwin, 2014).

Segundo Hein (2016), o problema da estagnação contemporânea estaria associado, na verdade, ao processo de financeirização que teria instabilizado as economias centrais e reduzido a potência e/ou alterado a natureza e o impacto dos diversos componentes da demanda agregada. De acordo com Epstein (2005, p. 3, tradução nossa), a financeirização

11. É importante notar que, como as exportações do Reino Unido estão centradas em serviços intensivos em conhecimento, sua competitividade não depende dos custos, mas, sim, da qualidade.

12. Para Gordon (2012; 2014), a completude da revolução educacional norte-americana bem como a ausência de revoluções tecnológicas que alterem a matriz energética e de transportes teriam limitado as possibilidades de crescimento da produtividade total dos fatores e a expansão do PIB.

13. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KYpVzBbQIX0>.

pode ser descrita como “o crescente papel de motivos financeiros, mercados financeiros e instituições financeiras em operação nas economias doméstica e internacional”.^{14,15}

De acordo com Hein (2016; 2019; 2022), a financeirização ou o modelo de crescimento comandado pelas finanças (*finance-led capitalism*) possui quatro características fundamentais, conforme descrito a seguir.

- 1) Piora da distribuição funcional, a favor dos lucros, e pessoal da renda, particularmente entre executivos e trabalhadores, assim como entre o 1% mais rico e os 20% mais pobres.
- 2) Realocação patrimonial, com maior peso para a aquisição de ativos financeiros *vis-à-vis* ativos reais, decorrente do alinhamento entre alta gerência e acionistas ou proprietários (*shareholder view*) e da preferência pela obtenção de lucros de curto prazo (*short-termism*).
- 3) Aumento do peso relativo do consumo associado à riqueza e/ou ao endividamento *vis-à-vis* o consumo associado à renda corrente, em decorrência da redução da participação dos salários na renda nacional, assim como das baixas taxas de juros internacionais.
- 4) Liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros internacionais e da conta financeira do balanço de pagamento das economias nacionais.

Para o autor, a financeirização teria propiciado a existência de regimes macroeconômicos distintos e complementares ao redor do mundo que, entretanto, seriam a fonte da instabilidade macroeconômica contemporânea. Para Hein (2016; 2019; 2022), os regimes macroeconômicos estão associados aos regimes de demanda e produtividade, assim como à relação financeira entre setores institucionais.

Na tradição pós-keynesiana, o regime de demanda descreve os principais determinantes de cada componente da demanda agregada (consumo das famílias, investimento privado, gastos do governo, exportações e importações), em outras palavras, suas equações comportamentais. Neste tipo de literatura, o regime de demanda tem sido caracterizado pela relação entre a variação relativa de cada componente e a taxa de crescimento do produto.

14. “ (...) *the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors and financial institutions in the operation of the domestic and international economies.*”

15. Para uma discussão das diferentes conceituações de financeirização, conferir Bruno (2022).

O regime de produtividade descreve os principais determinantes do crescimento da produtividade do trabalho, conferindo ênfase à sua relação com o aumento do estoque de capital (função de progresso técnico de Kaldor), com o ritmo de expansão do PIB (lei de Kaldor-Verdoorn) e com o sistema social de produção e inovação (Hollingsworth e Müller, 2005), que contempla tanto a estrutura produtiva da economia como seu arcabouço institucional regulatório e de incentivo à inovação. Por sua vez, a relação financeira entre os setores institucionais (o setor corporativo, o setor de famílias, o setor governamental e o setor externo)¹⁶ está associada aos fluxos de pagamentos e recebimentos entre esses setores e seus respectivos saldos.¹⁷

De forma semelhante a Baccaro e Pontusson (2016), Hein (2012) já havia identificado dois regimes de crescimento possíveis até a crise de 2007-2008 – *export-led mercantilist economies versus debt-led consumption boom economies* –, ainda que não os associasse necessariamente à ideia de modalidades distintas de capitalismo. Entretanto, em trabalhos mais recentes, Hein, Meloni e Tridico (2020) observaram que os regimes macroeconômicos são mais abrangentes do que esses dois modelos extremos e que, após a crise financeira internacional, diversos países alternaram seus regimes em função tanto dos constrangimentos como das oportunidades macroeconômicos que surgiram após a crise.

De acordo com Hein, Meloni e Tridico (2020), seria possível distinguir quatro regimes macroeconômicos, dois polares e dois intermediários: i) *export-led mercantilist*; ii) *weakly export-led*; iii) *domestic demand-led*; e iv) *debt-led consumption*. Esses regimes estão associados a distintas configurações dos saldos entre setores institucionais. Nos regimes de tipo *export-led*, em geral, o setor externo é deficitário (gasta mais do que recebe da economia doméstica) ou equilibrado, assim como o setor corporativo. Por sua vez, as famílias e o governo são superavitários (recebem mais do que gastam).

16. Nas contas nacionais brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define os setores institucionais como empresas não financeiras, empresas financeiras, governo geral, instituições sem fins de lucro a serviço das famílias e o resto do mundo.

17. A relação entre os setores institucionais pode ser vista a partir da relação entre o PIB pela ótica dos gastos e o PIB pela ótica da renda. O PIB pela ótica do gasto pode ser definido como $Y = C + I + G + (X-M)$, em que Y é o PIB, C , o consumo das famílias, I , o investimento privado, G , o gasto do governo, e $X-M$, o saldo da balança comercial. Por sua vez, o PIB pela ótica da renda é definido como $Y = W + L + T$, em que W corresponde à massa salarial, L , à massa de lucros e T , à arrecadação tributária. Como os PIBs mensurados pelas duas óticas devem ser idênticos, segue que $W + L + T = C + I + G + (X-M)$. Tal identidade implica que o excesso de despesas sobre receitas de um ou mais setores institucionais é necessariamente compensado pelos excessos de receita sobre despesas em outros setores institucionais, de modo que: $0 = (W-C) + (L-I) + (T-G) - (X-M)$. Note que $W-C$ corresponde ao excedente do setor famílias, $(L-I)$, ao excedente do setor corporativo, $(T-G)$, ao excedente do setor governo e $-(X-M)$, ao excedente do setor externo. O excedente em determinado setor financia o déficit em outro setor.

TEXTO para DISCUSSÃO

Nos regimes de tipo *consumption-led*, famílias e/ou governo são deficitários (gastam mais do que recebem), enquanto o setor externo e/ou o setor corporativo são superavitários.

Os autores salientam também a existência de distintos modelos de *welfare* associados aos regimes de crescimento. Nos países mais desenvolvidos, em que vigoram os regimes de tipo *debt-led consumption* (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Irlanda), o regime de *welfare* vigente até a crise de 2007-2008 teria sido o chamado modelo liberal anglo-saxão, caracterizado por baixa sindicalização, legislação de proteção laboral precária, elevada concentração de renda e baixa capacidade de redistribuição após impostos, assim como gasto social mais baixo e cadente como proporção do PIB, *vis-à-vis* os modelos de *welfare* escandinavo e continental (descritos a seguir). Já nos países menos desenvolvidos (Estônia, Hungria, Eslováquia, Itália, Grécia, Portugal e Espanha), com regimes *debt-led consumption*, o modelo de *welfare* adotado seria uma versão adaptada do modelo de *welfare* mediterrâneo, similar ao modelo anglo-saxão, mas com níveis de sindicalização, proteção laboral, distribuição de renda e gastos sociais relativamente maiores.

No mesmo período, os países caracterizados como *export-led mercantilist growth* (Áustria, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Suíça, Japão, Coreia do Sul, Finlândia e Suécia) teriam adotado um modelo de *welfare* denominado modelo continental ou europeu corporativo, caracterizado por taxa de sindicalização moderada, legislação de proteção laboral elevada, concentração de renda e capacidade de redistribuição após impostos moderadas, assim como elevados gastos sociais como proporção do PIB. Por sua vez, os países caracterizados como *weakly export-led* (Dinamarca, Islândia, Noruega, República Tcheca e Eslovênia) teriam adotado dois tipos de *welfare*. Os países nórdicos desenvolveram o conhecido modelo escandinavo, com sindicalização elevada, proteção laboral elevada, mas flexível, concentração de renda reduzida e capacidade de redistribuição alta após os impostos, assim como elevados gastos sociais como proporção do PIB. Os países da Europa Central teriam adotado o já mencionado modelo mediterrâneo.

Por fim, os poucos países com regimes de crescimento de tipo *domestic demand-led* se dividiriam em múltiplos regimes de *welfare*. Enquanto a França teria adotado uma versão própria do modelo continental ou europeu corporativo, Polônia e Itália teriam aderido ao modelo mediterrâneo.

Segundo Hein, Meloni e Tridico (2020), após a crise de 2007-2008, muitos países passaram por transformações tanto de seus regimes de crescimento como de *welfare*. Enquanto as alterações nos regimes de crescimento estavam associadas ao esgotamento

dos *drivers* de expansão do PIB após a desalavancagem financeira e a recessão, a mudança nos modelos de *welfare* visaria, sobretudo, a tentativa de preservação dos regimes de crescimento prévios à crise.

Kohler e Stockhammer (2021) encontraram resultados próximos aos mencionados anteriormente. Entretanto, esses autores, assim como Stockhammer (2021), são mais críticos em relação ao uso da contribuição ao crescimento para caracterizar os regimes de crescimento, sendo necessários procedimentos econométricos mais sofisticados para identificar adequadamente os *drivers* de expansão. Ademais, esses autores depositam maior ênfase na instabilidade decorrente da financeirização como elemento central para o entendimento da alternância de regimes.

O debate sobre modelos de desenvolvimento não tem tido olhos apenas para o que se passa nos chamados países ricos ou desenvolvidos. Com efeito, a discussão sobre a singularidade e/ou as estratégias de desenvolvimento do “resto” (Amsden, 2001) vem de longa data, desde pelo menos a fundação do campo de estudos do desenvolvimento (Meier, 2005; Peet e Hartwick, 2015). Entretanto, a recepção desses casos pela economia política comparada é, como observam Akcay, Hein e Jungmann (2021), relativamente recente. De acordo com os autores, abordagens como a *dependent market economies* (Nölke e Vliegenthart, 2009), voltada para os países do Leste Europeu, a *hierarchical capitalism* (Schneider, 2013), voltada para o estudo das economias latino-americanas, a *patrimonial market economies* (Schlumberger, 2008), a *incorporated capitalism* (Buhr e Frankenberger, 2014), a *state-permeated capitalism* (Nölke, 2018), a *sino-capitalism* (McNally, 2019) e a *state capitalism* (Alami e Dixon, 2020) revelam a preocupação de identificar as singularidades dos modelos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Recentemente, alguns artigos têm se dedicado ao estudo da relação entre os componentes da demanda agregada, como *drivers* do crescimento, e os modelos de crescimento dos países em desenvolvimento. O trabalho pioneiro dentro dessa perspectiva é, certamente, o de Akcay, Hein e Jungmann (2021). Nesse estudo, os autores adicionam duas características fundamentais tipicamente associadas aos países em desenvolvimento. A primeira se refere à hierarquia monetária do sistema financeiro internacional, associada aos baixos prêmios de liquidez que as moedas dos países em desenvolvimento possuem *vis-à-vis* os países desenvolvidos. Essa situação faria com que os primeiros se tornassem incapazes de emitir suas dívidas em moeda doméstica, em proporções relevantes, assim como elevaria as taxas de juros domésticas, obstando o investimento e a expansão do produto.

A segunda característica está associada à chamada “condição periférica” – termo cunhado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao longo dos anos 1950 –, em que as condições desiguais no comércio exterior aumentariam a restrição externa das economias em desenvolvimento, reduzindo o ritmo de expansão do produto, bem como ampliando sua volatilidade.

Os autores investigaram os casos de Argentina, Brasil, China, Índia, México, Rússia, África do Sul e Turquia. Com base na metodologia de contribuição ao crescimento, Akcay, Hein e Jungmann (2021) constatam a presença, basicamente, dos quatro regimes de crescimento, anteriormente identificados: *debt-led private demand*, *domestic demand-led with high public sector deficits*, *weakly export-led* e *export-led mercantilist*. Embora existam algumas especificidades, estes regimes possuem, essencialmente, as mesmas características dos regimes identificados para os países desenvolvidos.

No conjunto de países com regimes de crescimento comandados pelo endividamento, a África do Sul é o único país em desenvolvimento que abraçara esse modelo, tanto antes da crise como depois dela. Por sua vez, Turquia, Índia e México, que compartilhavam o *domestic demand-led with high public sector deficits regime* antes da crise, migraram para outros modelos a partir de 2009, com a exceção da Turquia. A Índia se transformou numa economia comandada pelo endividamento, enquanto o México tornou-se uma economia *weakly export-led*.

No caso de Brasil e Rússia, caracterizados pelos autores como economias *weakly export-led* entre 2000 e 2008, ambos mudaram de regime desde então, tendo o primeiro se transformado em uma economia *domestic demand-led with high public sector deficits*, enquanto a Rússia teria aprofundado sua estratégia exportadora, tornando-se uma economia *export-led mercantilist*.

Em perspectiva semelhante, Mertens *et al.* (2022) procuram analisar, além dos regimes de crescimento das economias emergentes, a heterogeneidade setorial e os atores políticos que dão sustentação às políticas públicas que acompanham cada regime. De um modo geral, estabelecem que os regimes de crescimento, para além de sua identificação a partir das contribuições dos componentes da demanda para a taxa de expansão do produto, devem ser caracterizados pela interdependência internacional, pela composição setorial da produção e pelas coalizões políticas de suporte.

Do ponto de vista da demanda, os autores propõem uma nova classificação dos regimes de crescimento. Isto porque identificam uma lacuna importante nessa literatura. Curiosamente, pouco ou quase nada se fala sobre o papel do investimento.

Neste sentido, os autores sugerem que seria possível identificar, para uma amostra de países em desenvolvimento (África do Sul, Brasil, Coreia do Sul, China e Indonésia), três regimes de crescimento, cada qual subdividido em duas modalidades. O primeiro regime seria o *consumption-led*, subdividido em *wage-based* e *debt-based*. O segundo seria denominado *export-led*, subdividido em *commodities-based* e *manufacturing-based*. Por fim, o terceiro tipo de regime de crescimento poderia ser classificado como *investment-led*, subdividido em *FDI-based*¹⁸ e *domestically-based* (Mertens et al., 2022).

Para Mertens et al. (2022), enquanto o Brasil teria transitado de um regime *commodities-based*, entre 2001 e 2008, para *wage-based*, entre 2009 e 2016, a África do Sul teria permanecido como *debt-based* entre 2001 e 2016. Já a Coreia do Sul teria adotado um regime *manufacturing-based* ao longo dos primeiros dezesseis anos do século XXI, ao passo que México e China teriam, ambos, perseguido estratégias *investment-led*. Entretanto, enquanto o primeiro seria adepto de um regime de tipo *FDI-based*, o segundo teria adotado o modelo *domestically-based*.

Note que cada regime guarda não só uma identificação com seu respectivo *driver* de demanda, mas também com os setores produtivos capazes de cumprir esses papéis. Ademais, Mertens et al. (2022) sustentam que, embora do ponto de vista macroeconômico seja possível identificar um regime preponderante, é possível que haja distintos regimes, tanto concorrentes quanto complementares, de acordo com a especialização produtiva das regiões de cada país.¹⁹

Por fim, de acordo com os autores, tanto as mudanças quanto a permanência dos regimes de crescimento dependem das coalizões políticas de suporte, que ora se afastam do processo político eleitoral, ora se misturam com ele.²⁰

18. *Foreign direct investment* (FDI).

19. Um aspecto importante desse debate a se salientar é que parece haver uma hipótese implícita nesses modelos acerca do papel que a distribuição funcional da renda cumpre na dinâmica do crescimento. De um modo geral, essa literatura tem inspiração neokaleckiana, para a qual a sensibilidade relativa do investimento ao grau de utilização da capacidade produtiva *vis-à-vis* a participação dos lucros na renda nacional caracterizaria os regimes de demanda como *wage-led* ou *profit-led*. Entretanto, os autores que têm escrito sob a denominação da GMP têm sido mais comedidos acerca das implicações distributivas de suas análises, talvez optando por uma abordagem mais pragmática quanto aos dados de contas nacionais que raramente são claros quanto à distribuição funcional da renda nacional. Neste sentido, essa literatura parece supor que os regimes de crescimento comandados pela demanda doméstica são *wage-led*, ao passo que aqueles comandados pela demanda externa são *profit-led*.

20. Baccaro e Pontusson (2022) apresentam uma discussão sobre o papel das coalizões políticas nos modelos de crescimento, apontando que a construção de coalizões em favor do desenvolvimento não necessariamente obtém resultados eleitorais que sustentem políticas econômicas de crescimento, o que exige uma constante “recalibração” dessas políticas.

Os determinantes do crescimento e/ou da estagnação econômica podem ser múltiplos e variados; podem advir de fatores de oferta, de demanda ou mesmo da forma como a economia doméstica se insere na economia mundial, tanto pelo lado do comércio como pelo lado das finanças. Seja como for, as instituições e as políticas públicas cumprem um papel fundamental como condições de contorno ao processo decisório de agentes públicos e privados e como fontes de estímulo ou desincentivo.

De acordo com parte da literatura inspirada na economia política comparada, os variados regimes de crescimento estão associados a distintos regimes de política macroeconômica. De um modo geral, esses regimes de política estão vinculados a metas ou objetivos macroeconômicos específicos (Blyth e Matthijs, 2017; Stockhammer, 2021; Kohler e Stockhammer, 2021), determinados pelos governos ou a coalizão política que comanda a economia doméstica em cada ponto do tempo e regulados ou condicionados pela estrutura institucional (constitucional ou legal) de cada nação.

De forma mais restrita, Hein (2021, p. 507, tradução nossa) observa que

um “regime macroeconômico” (...) descreve um conjunto de políticas monetárias, fiscais, de salário e renda, assim como sua coordenação e interação, em relação ao fundo institucional de uma economia específica, incluindo o grau de abertura e o regime de taxa de câmbio. Evidentemente, esse conceito supõe que as políticas macroeconômicas não têm somente efeitos de curto prazo, mas também efeitos de longo prazo no desempenho macroeconômico, isto é, em produto, renda, emprego, inflação, distribuição e crescimento.²¹

Embora essas definições sejam interessantes e capazes de elucidar parte dos determinantes do crescimento, elas se restringem apenas a políticas macroeconômicas, que, apesar de relevantes, são incapazes de explicar toda a trajetória de longo prazo das economias. Isto porque parte desse processo, tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta e da inserção internacional, depende de políticas que fogem a este escopo. Exemplos claros disso dizem respeito às políticas de formação e capacitação da força de trabalho, às políticas de inovação, às políticas de regulação, à política de comércio e investimento internacionais, assim como às políticas de infraestrutura econômica (ferrovias, portos, energia etc.) e social (saneamento, moradia etc.). Cabe

21. "(...) a 'macroeconomic policy regime' (...) describes the set of monetary, fiscal and wage or income policies, as well as their coordination and interaction, against the institutional background of a specific economy, including the degree of openness or the exchange rate regime. Of course, this concept supposes that macroeconomic policies have not only short-run but also long-run effects on macroeconomic performance, i.e. on output, income, employment, inflation, distribution and growth."

chamar a atenção ainda, particularmente, para as políticas voltadas para o financiamento da habitação, por exemplo, que estiveram no cerne dos processos de crescimento, instabilidade e crise internacional no período recente.²²

3 METODOLOGIA E DADOS UTILIZADOS

Do ponto de vista metodológico, este texto se vale de um conjunto específico de abordagens. A primeira delas remete à contabilidade do crescimento pelo lado da demanda como instrumento fundamental para a determinação dos regimes de crescimento.

A decomposição da taxa de crescimento de uma variável discreta qualquer pode ser feita a partir da soma da multiplicação do peso pela taxa de crescimento dos seus elementos constitutivos.

No caso do PIB pela ótica da demanda, temos que:

$$Y = DA = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

$$\Delta Y = (Y_2 - Y_1) = \Delta DA \rightarrow \frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta DA}{Y} = \frac{\Delta C}{Y} + \frac{\Delta I}{Y} + \frac{\Delta G}{Y} + \frac{\Delta(X-M)}{Y} \quad (2)$$

Após a manipulação algébrica da equação (2), temos que:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta C}{C} \cdot \frac{C}{Y} + \frac{\Delta I}{I} \cdot \frac{I}{Y} + \frac{\Delta G}{G} \cdot \frac{G}{Y} + \frac{\Delta(X-M)}{(X-M)} \cdot \frac{(X-M)}{Y} \quad (3)$$

De modo que a taxa de crescimento do PIB será igual à soma do peso vezes a taxa de crescimento de cada componente da demanda agregada.²³

A partir desse cálculo, procuramos identificar os *drivers* do crescimento pelo lado da demanda e, dessa forma, caracterizar, em parte, os regimes de crescimento de cada país da amostra. Contudo, diferentemente do que ocorre com a literatura atual, buscaremos, do mesmo modo, identificar alguns elementos do lado da oferta para distinguir os regimes de produtividade, igualmente importantes na caracterização dos regimes de crescimento.

22. De uma perspectiva mais ampla, seria importante conectar a noção de bem-estar, implícita nos regimes de crescimento, com o debate do desenvolvimento, que, embora esteja associado ao nível de renda *per capita* das sociedades, contempla outros elementos como o provimento de bens públicos e as liberdades civis e políticas. Entretanto, deixaremos este empreendimento para outro trabalho.

23. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, conferir os trabalhos de Lara (2015) e Fevereiro (2016).

TEXTO para DISCUSSÃO

Nesse caso, também utilizaremos uma técnica de decomposição, partindo do pressuposto de que a produtividade do trabalho depende de quatro elementos fundamentais: i) do peso dos setores de atividade; ii) da intensidade do capital, isto é, relação capital-trabalho (K/L); iii) do aumento da produtividade potencial do capital (Y^*/K); e iv) do grau de utilização da capacidade produtiva ($\frac{Y}{Y^*}$).

O PIB pelo lado da oferta é definido por:

$$Y = \left(\frac{Y_1}{L_1}\right) \cdot L_1 + \left(\frac{Y_2}{L_2}\right) \cdot L_2 + \dots + \left(\frac{Y_n}{L_n}\right) \cdot L_n \quad (4)$$

Em que $\left(\frac{Y_i}{L_i}\right)$ é a produtividade do setor i e L_i é o pessoal ocupado no setor i . Ademais, note que a produtividade agregada no período t pode ser definida como:

$$\frac{Y_t}{L_t} = \frac{Y_t}{K_t} \cdot \frac{K_t}{L_t} \cdot \frac{Y_t}{Y_t^*} \therefore \alpha_t = z_t \cdot \lambda_t \cdot u_t \quad (5)$$

Em que $z_t = \frac{Y_t^*}{K_t}$ é a relação produto-capital ou produtividade potencial do capital, $(\lambda_t = \frac{K_t}{L_t})$ é a relação capital-trabalho ou intensidade de capital e $(u_t = \frac{Y_t}{Y_t^*})$ é o grau de utilização da capacidade produtiva, em que $Y = DA = C + I + G + (X - M)$.

Combinando as equações (4) e (5) temos que:

$$\frac{Y_t}{L_t} = \sum_{i=1}^n \left[\frac{L_{i_t}}{L_t} \cdot \left(\frac{Y_{i_t}^*}{K_{i_t}} \cdot \frac{K_{i_t}}{L_{i_t}} \cdot \frac{Y_{i_t}}{Y_{i_t}^*} \right) \right] = \alpha_t = \sum_{i=1}^n \left[\theta_{i_t} \cdot (z_{i_t} \cdot \lambda_{i_t} \cdot u_{i_t}) \right] \quad (6)$$

Decompondo o crescimento da produtividade do trabalho pelo método estrutural de McMillan e Rodrik (2011) e McMillan, Rodrik e Sepúlveda (2016), teríamos que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho deveria corresponder a:

$$\Delta \alpha_t = \sum_{i=1}^n \left[\theta_{i_t} \cdot (\Delta z_{i_t} + \Delta \lambda_{i_t} + \Delta u_{i_t}) \right] + \sum_{i=1}^n \left[(z_{i_t} \cdot \lambda_{i_t} \cdot u_{i_t}) \cdot \Delta \theta_{i_t} \right] + \sum_{i=1}^n \left[\Delta \theta_{i_t} \cdot (\Delta z_{i_t} + \Delta \lambda_{i_t} + \Delta u_{i_t}) \right] \quad (7)$$

Com isso, identificaríamos quatro implicações para a dinâmica da produtividade do trabalho. Primeiro, que o peso dos setores importa; segundo, que a mudança estrutural afeta a produtividade por meio do aumento do estoque de capital dos setores de mais alta produtividade; terceiro, que a intensidade de capital aumenta a produtividade por meio do progresso técnico embutido, dos processos de aprendizado não incorporados, dos efeitos de encadeamento, das externalidades geradas nos setores modernos e do transbordamento dos conhecimentos para setores menos avançados. Por fim, captamos

também o impacto do tamanho e da expansão do mercado sobre a produtividade, tanto pelo efeito escala como pelo efeito aprendizado.²⁴

A partir da decomposição da produtividade, tal como definida pela metodologia anterior, seria possível classificar os regimes de produtividade e dar completude aos regimes de crescimento, que agora contariam com elementos tanto do lado da demanda quanto do da oferta, uma inovação em relação à literatura existente.

A base de dado prioritária para análise comparativa será a CEPALStat, da CEPAL, tendo em vista a qualidade e representatividade dos países latino-americanos em seu banco de dados e a disponibilidade de dados das contas nacionais, tanto de demanda como de oferta. Ademais, o estudo contará também com as informações contidas em outras bases comparativas, tais como World Development Indicators, do Banco Mundial, Our World in Data, da Universidade de Oxford, World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional (FMI), e Extended PennWorld Tables, assim como outras fontes de informação qualitativas, sobretudo dos próprios países analisados.

4 RESULTADOS

Com base nos dados da CEPAL, foi possível proceder à decomposição da taxa de crescimento do PIB e identificar quais componentes da demanda agregada forneceram a maior contribuição ao ritmo de expansão da atividade econômica.

O gráfico 1 revela que tanto para a América Latina como um todo como para o agregado dos países da amostra (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México) o regime de demanda parece ter sido determinado pelos componentes da demanda doméstica, sendo o consumo privado o mais importante, seguido pela formação bruta de capital.

É importante notar que em pouquíssimas ocasiões o saldo da balança comercial, aqui representado pelas exportações líquidas (exportações menos importações), teve papel central na dinâmica do crescimento. No caso do agregado de países da amostra, tal fato apenas ocorreu em 1995, 2001 e 2019.

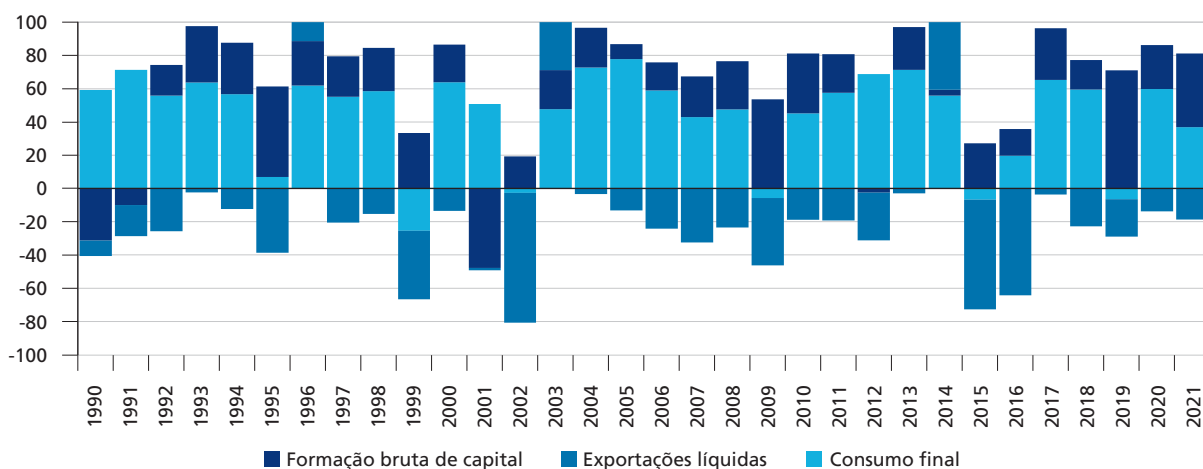
24. Para mais informações, conferir Hein (2014), Blecker e Setterfield (2019) e Amitrano (2020).

TEXTO para DISCUSSÃO

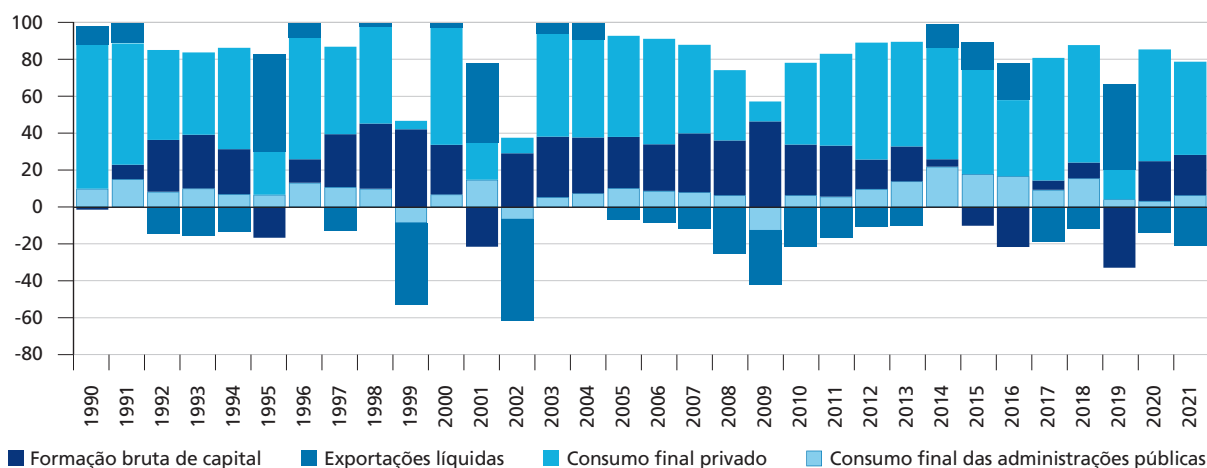
GRÁFICO 1

Contribuição dos componentes da demanda agregada para a taxa de crescimento do PIB, segundo conjunto de países selecionados (1990-2021)
(Em %)

1A – América Latina



1B – Países selecionados



Fonte: CEPALStat.

Elaboração dos autores.

No que se refere aos países da amostra tomados isoladamente, pode-se observar que tal padrão se repete, refutando, portanto, os estudos que advogaram que nos anos 2000 os países latino-americanos teriam como principal *drive* de crescimento as exportações líquidas, sobretudo por conta do *boom* de *commodities*, decorrente do extraordinário crescimento chinês. Nem mesmo o Chile, usualmente tido como a mais dinâmica economia exportadora da América Latina, pode ser visto como um país com regime

de crescimento de tipo *export-led*. Isto porque, assim como no Brasil, as exportações líquidas tiveram algum protagonismo no comando do crescimento apenas no início da década de 2000 e em meados da década seguinte. Os países em que as exportações líquidas tiveram protagonismo importante, não pela magnitude da contribuição para a taxa de crescimento, mas pelo número de anos em que mais contribuíram, foram Costa Rica e México.

É importante notar que esse tipo de análise não permite identificar a natureza de cada regime de demanda doméstica, se *wage-led* ou *profit-led*. Isto porque não temos, no estágio atual desta pesquisa, como aferir o impacto do grau de utilização da capacidade produtiva e da participação dos lucros na renda nacional sobre a formação bruta de capital fixo. Infelizmente, os dados disponíveis não oferecem esse tipo de estatística para os países latino-americanos.

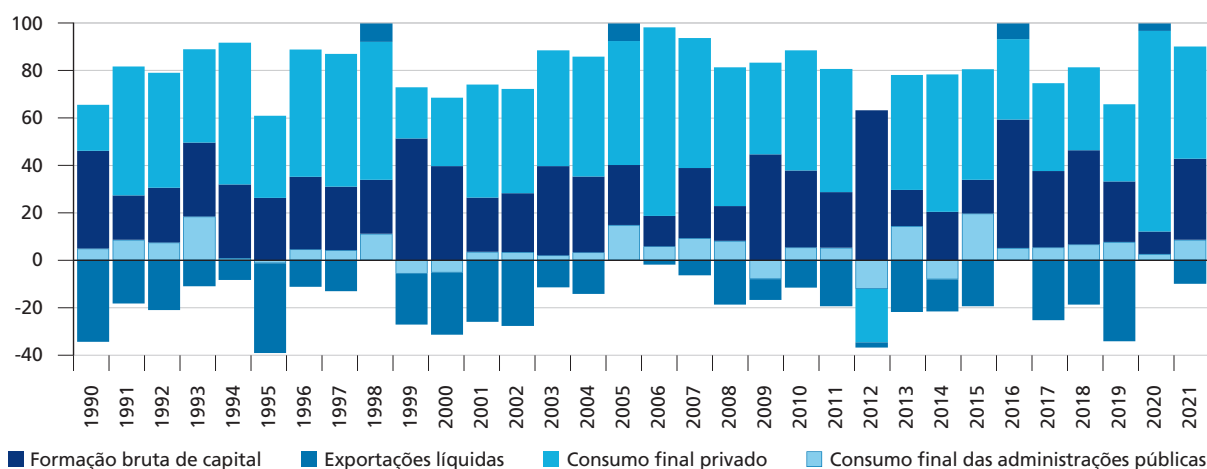
Todavia, tendo em vista que a contribuição do consumo das famílias supera, em geral, a do investimento, é possível que essas economias sejam de tipo *wage-led*. Até porque o investimento apresenta contribuição simultânea ao consumo, indicando que não há oposição entre eles, pelo menos no período analisado.

GRÁFICO 2

Contribuição dos componentes da demanda agregada para a taxa de crescimento do PIB para cada país da amostra (1990-2021)

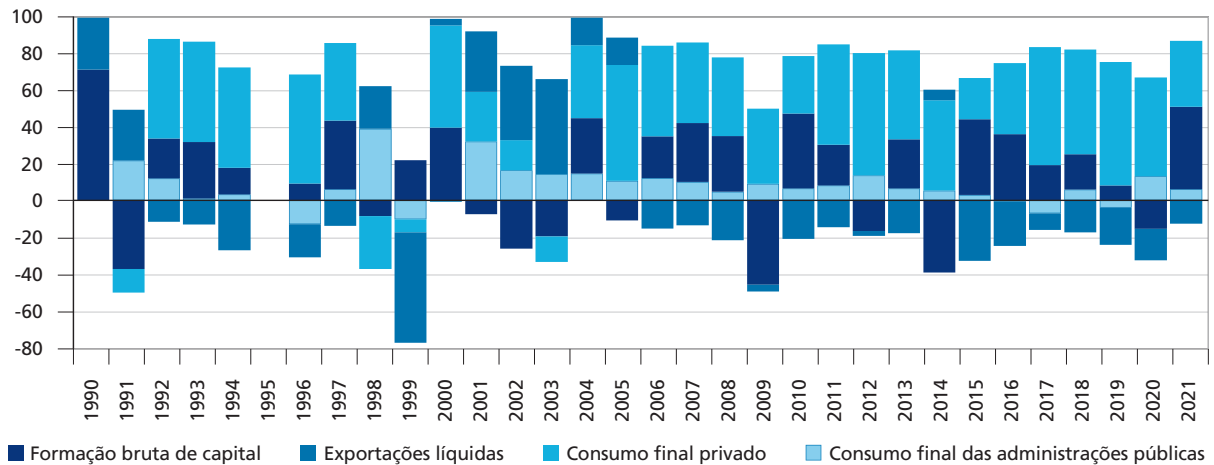
(Em %)

2A – Argentina

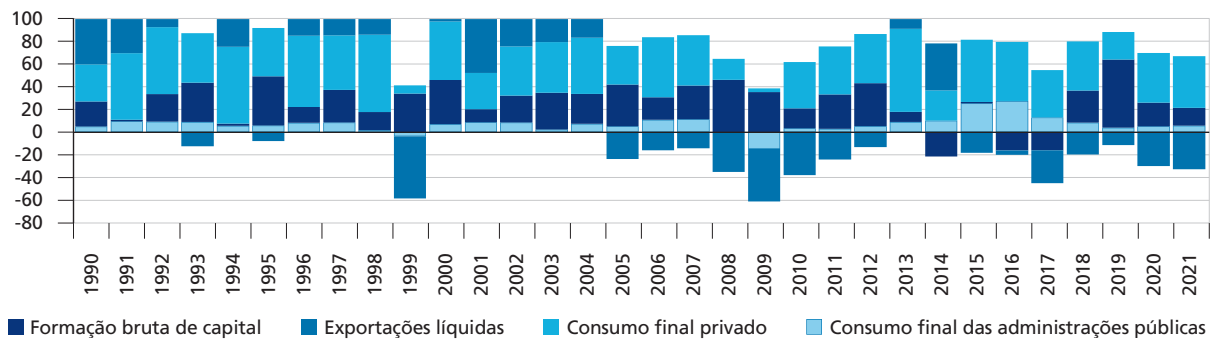


TEXTO para DISCUSSÃO

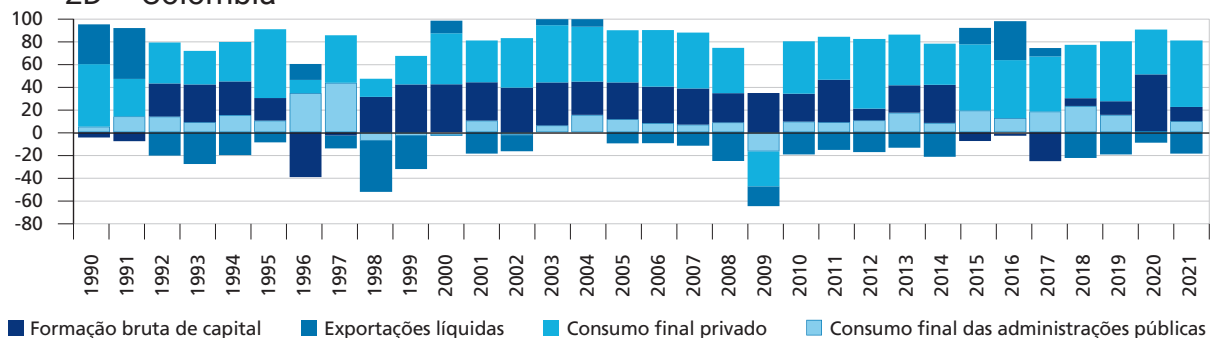
2B – Brasil



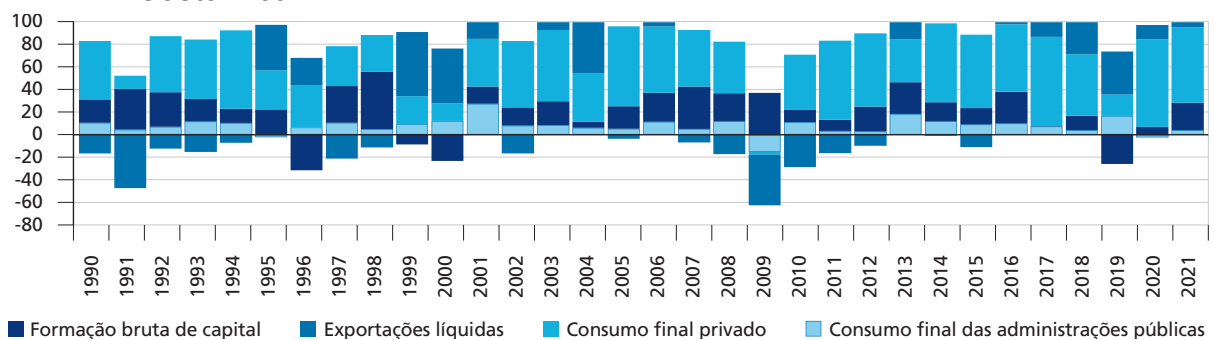
2C – Chile



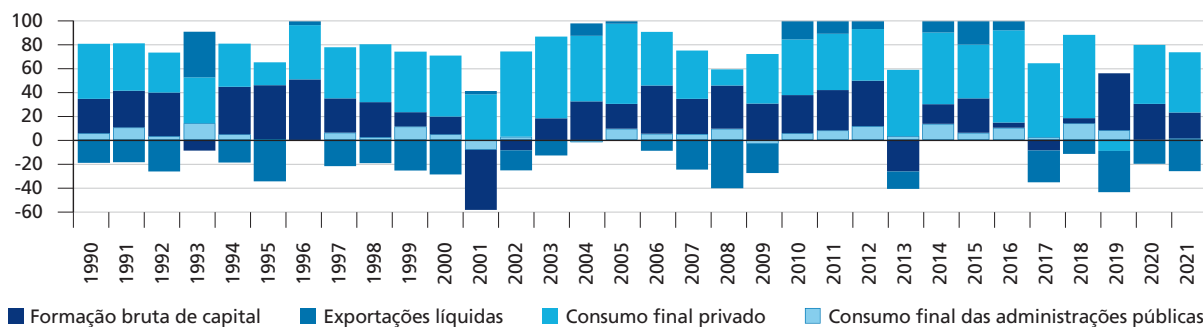
2D – Colômbia



2E – Costa Rica



2F – México



Fonte: CEPALStat.

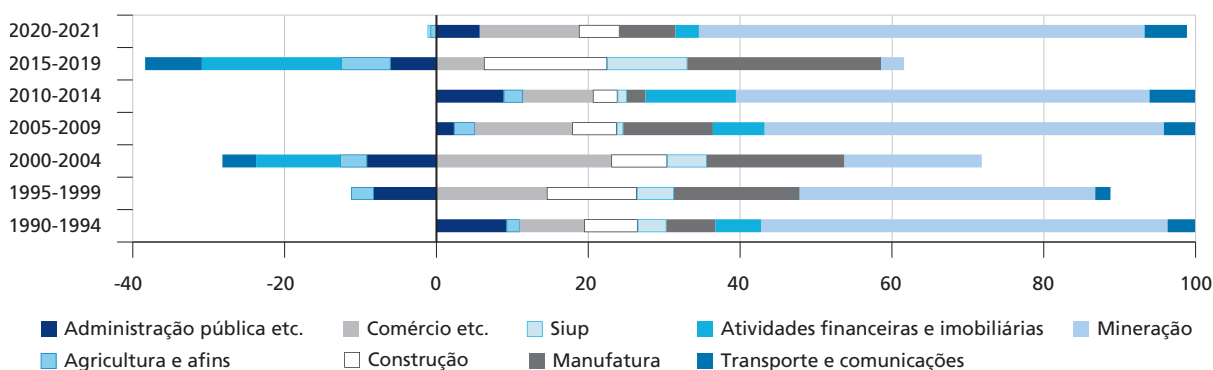
Elaboração dos autores.

No que se refere ao regime de produtividade, as informações contidas na base da CEPAL parecem insuficientes para uma análise mais categórica sobre a natureza desses regimes nos países selecionados. Entretanto, as informações disponíveis permitem verificar a mudança progressiva no comando do crescimento pelo lado da oferta. Embora a América Latina como um todo tenha mantido a forte contribuição dos setores de mineração e comércio na taxa de crescimento do PIB, os dados para os países da amostra registraram ao longo do tempo um extraordinário aumento da contribuição das atividades financeiras no comando da economia. Nota-se também o peso do setor de serviços de baixa produtividade, aqui representado pela elevada contribuição do comércio no crescimento do produto.

GRÁFICO 3

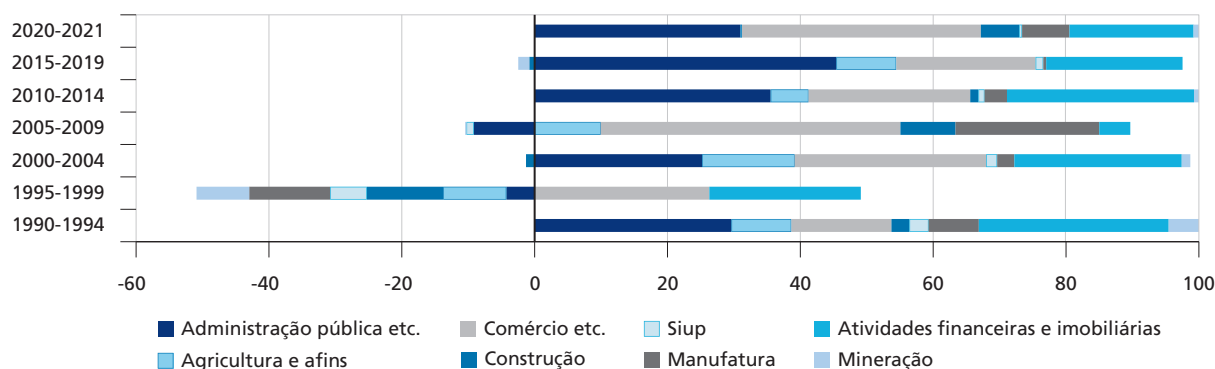
Contribuição dos componentes da oferta agregada para a taxa de crescimento do PIB, segundo setores de atividade e conjunto de países selecionados
(Em %)

3A – América Latina



TEXTO para DISCUSSÃO

3B – Países selecionados



Fonte: CEPALStat.

Elaboração dos autores.

Obs.: Siup – serviços industriais de utilidade pública.

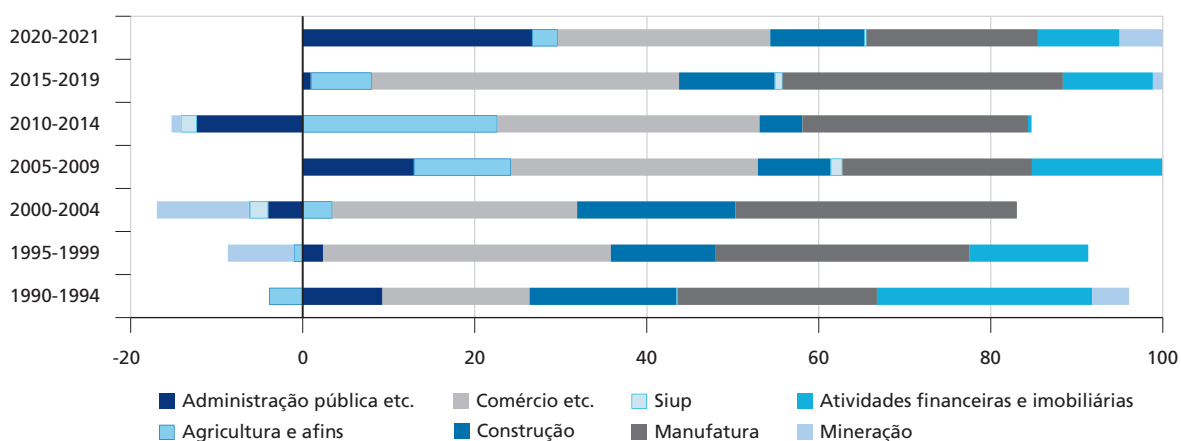
Tais evidências são facilmente encontradas em todos os países da amostra considerados individualmente. Contudo, chama a atenção o fato de que Chile, Costa Rica e, principalmente, Argentina e México contaram com contribuições da manufatura relativamente altas, sobretudo se levarmos em conta a forte desindustrialização da região, resultante tanto da apreciação e volatilidade cambiais como também da intensa penetração de produtos industrializados de origem chinesa e/ou asiática. O contraste é o Brasil, em que a indústria perde importância como componente na contribuição da oferta agregada para o PIB.

GRÁFICO 4

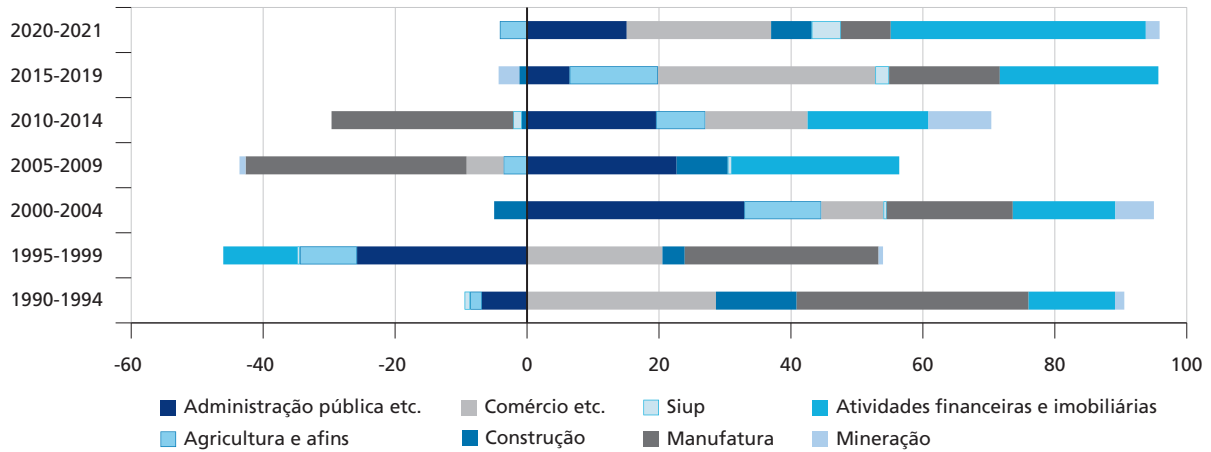
Contribuição dos componentes da oferta agregada para a taxa de crescimento do PIB, segundo setores de atividade e para cada país da amostra

(Em %)

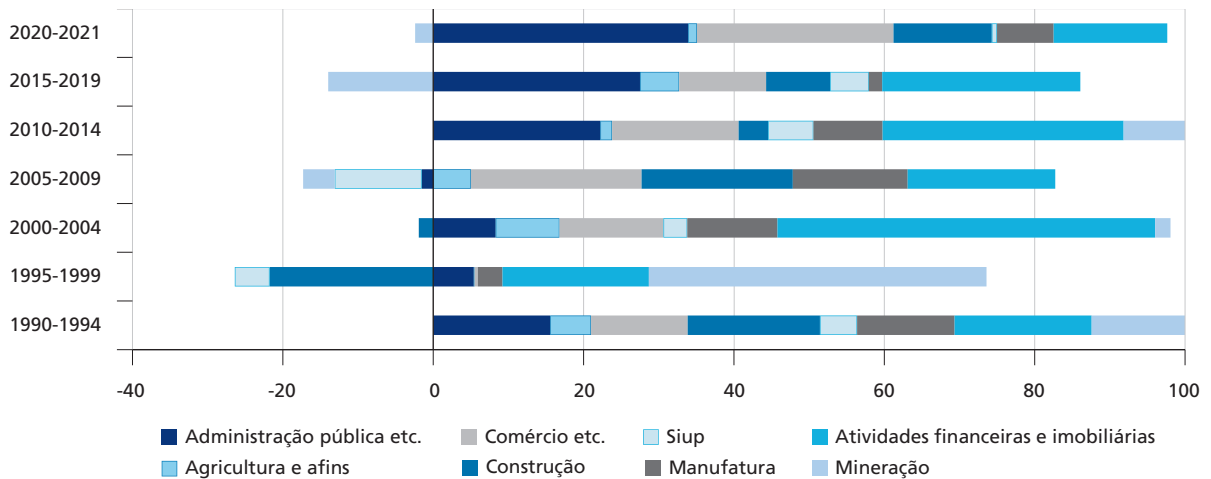
4A – Argentina



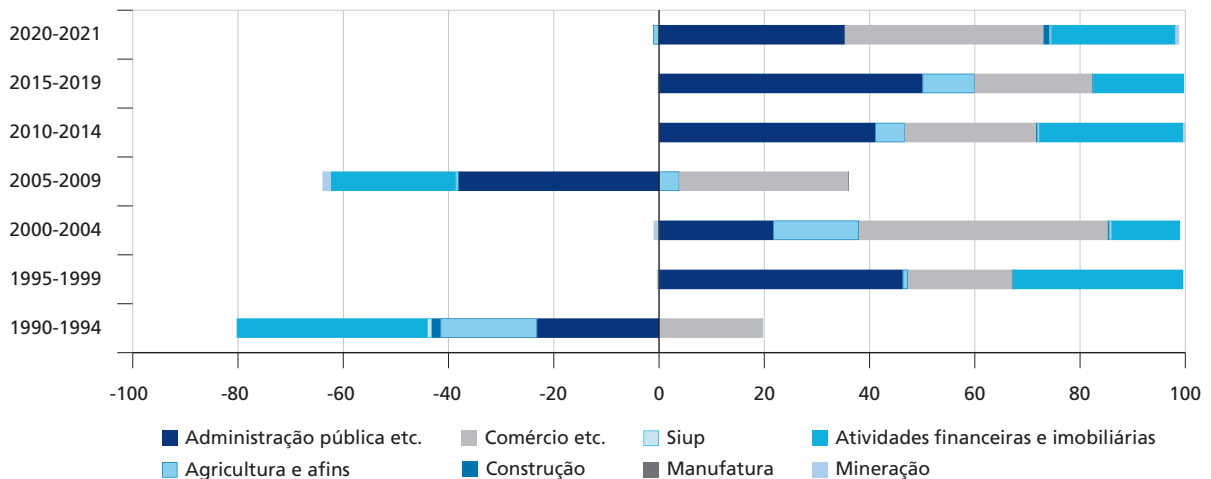
4B – Brasil



4C – Chile

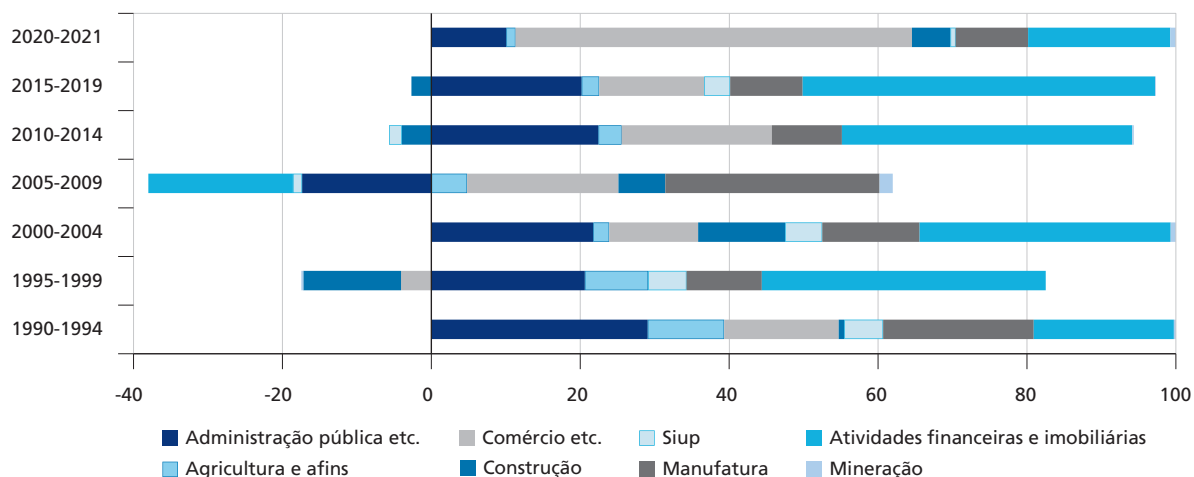


4D – Colômbia

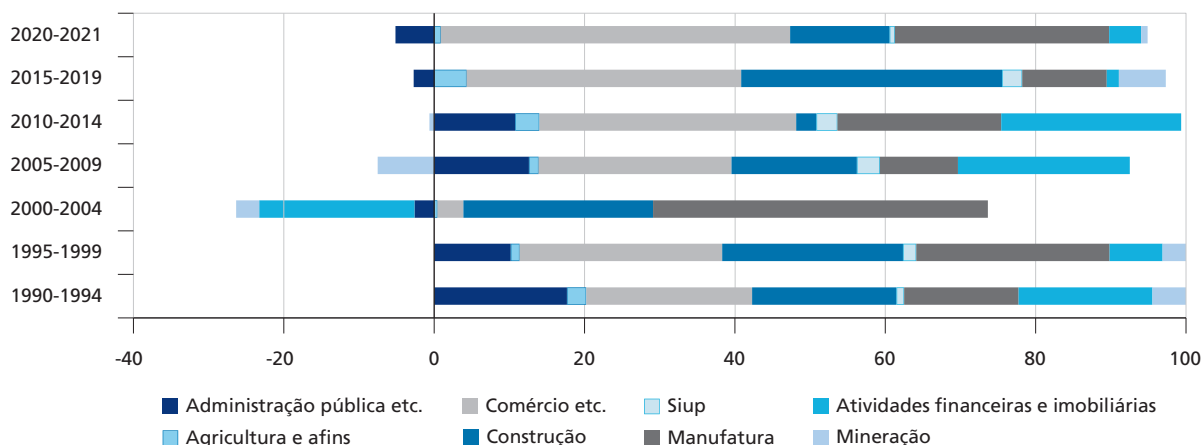


TEXTO para DISCUSSÃO

4E – Costa Rica



4F – México



Fonte: CEPALStat.

Elaboração dos autores.

Por fim, ainda sobre o regime de produtividade, cabe notar que os dados obtidos na base da CEPAL não permitem que se faça a decomposição do crescimento da produtividade do trabalho pelo método estrutural de McMillan, Rodrik e Sepúlveda (2016), incorporando os determinantes internos da produtividade: a relação produto-capital ou produtividade potencial do capital, isto é, a relação capital-trabalho ou intensidade de capital e o grau de utilização da capacidade produtiva.

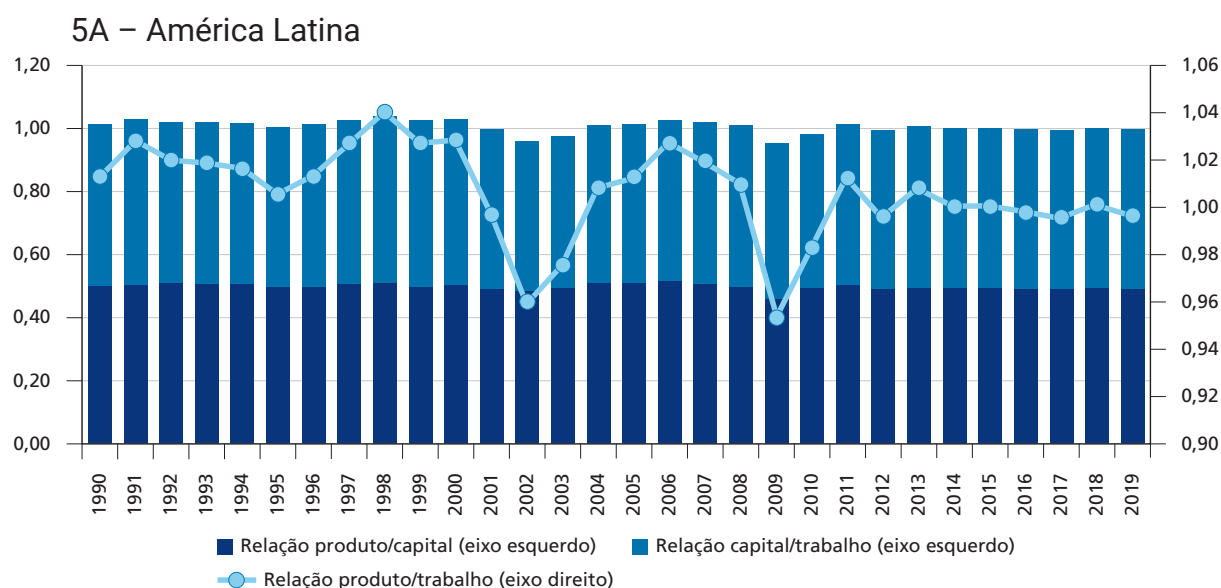
Entretanto, as informações retiradas da base de dados Extended Penn World Tables permitem ao menos traçar, parcialmente, a evolução e os determinantes internos da produtividade do trabalho. Tal exercício requer, contudo, que se use uma versão simplificada da metodologia apresentada, em que a produtividade do trabalho passa a

ser o resultado do produto da produtividade do capital pela relação capital-trabalho. A supressão do grau de utilização da capacidade da análise não altera o resultado, tendo em vista que o produto potencial nesta variável se cancela com o produto potencial na variável original de produtividade potencial do capital.

Os dados obtidos por essa base de dados confirmam a tese de queda da taxa de crescimento da produtividade do trabalho na América Latina, em geral, e no conjunto de países selecionados. Nota-se, adicionalmente, que tanto a relação de produtividade do capital quanto a relação capital-trabalho mantiveram suas contribuições para a dinâmica da produtividade praticamente inalteradas ao longo do período analisado.

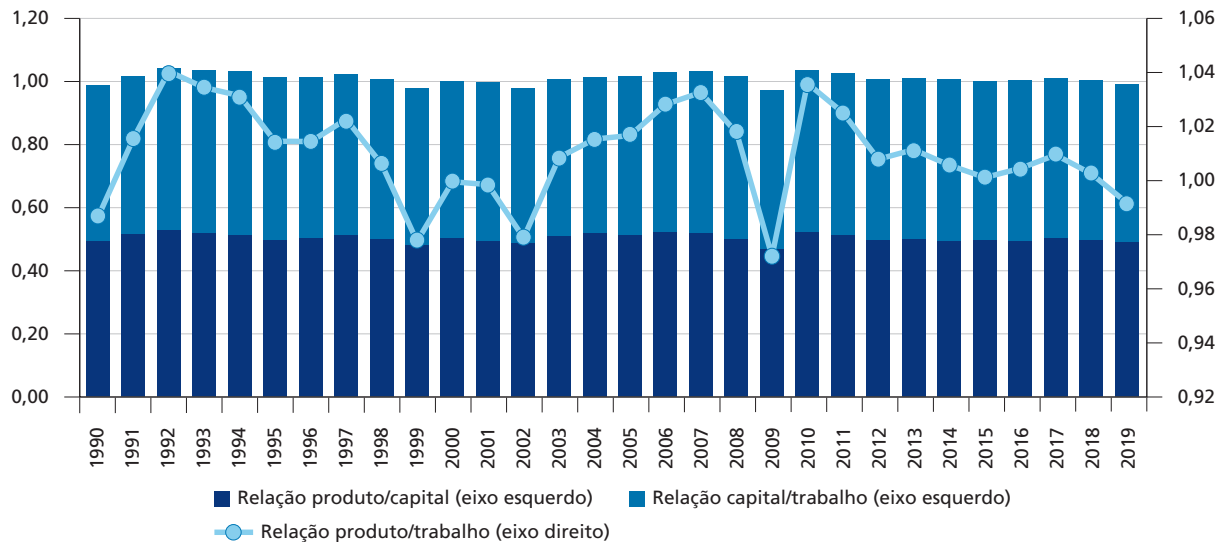
GRÁFICO 5

Contribuição da produtividade do capital e da relação capital-trabalho para a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, segundo conjunto de países selecionados (1990-2019)



TEXTO para DISCUSSÃO

5B – Países selecionados



Fonte: Extended Penn World Tables.

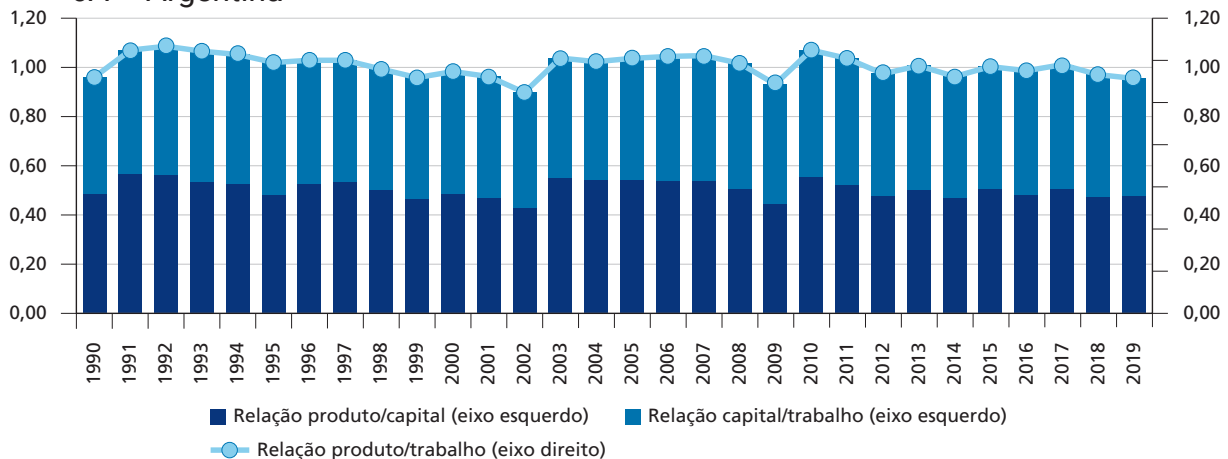
Elaboração dos autores.

Mais uma vez, esses resultados se mantêm para todos os países da amostra considerados individualmente. A única exceção é a Colômbia, cuja produtividade cresceu ao longo da década de 2000, sendo, porém comandada pelo aumento do peso da intensidade de capital.

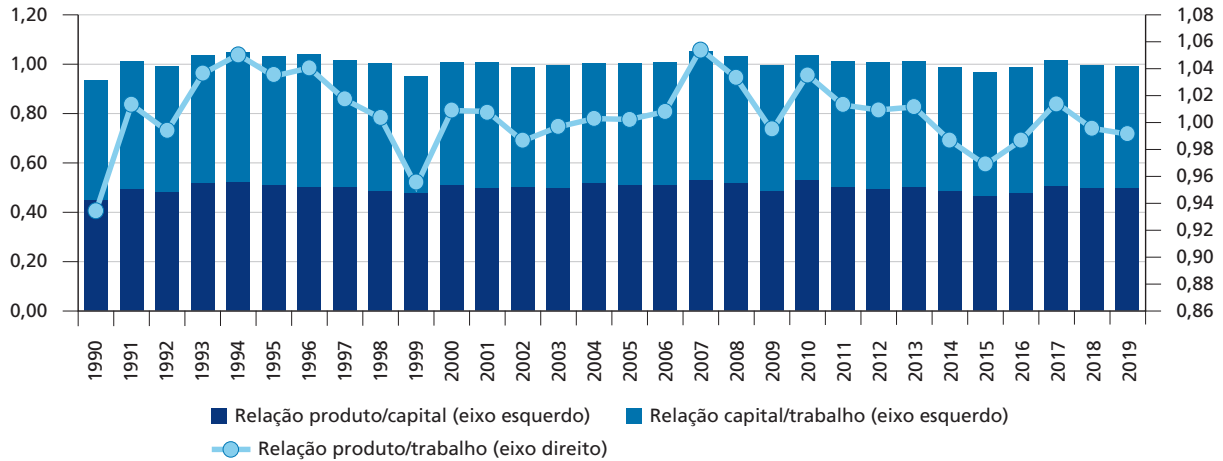
GRÁFICO 6

Contribuição da produtividade do capital e da relação capital-trabalho para a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, para cada país da amostra (1990-2019)

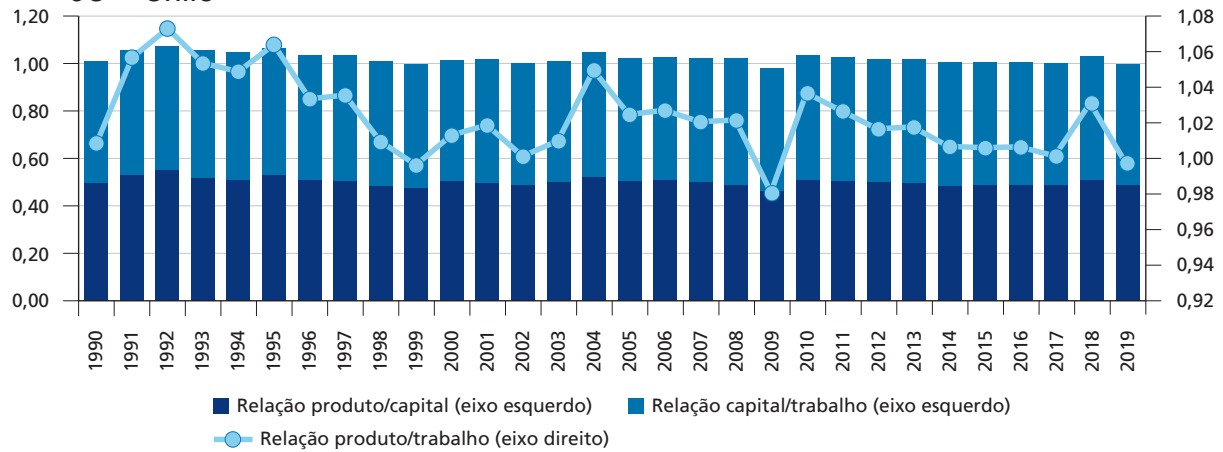
6A – Argentina



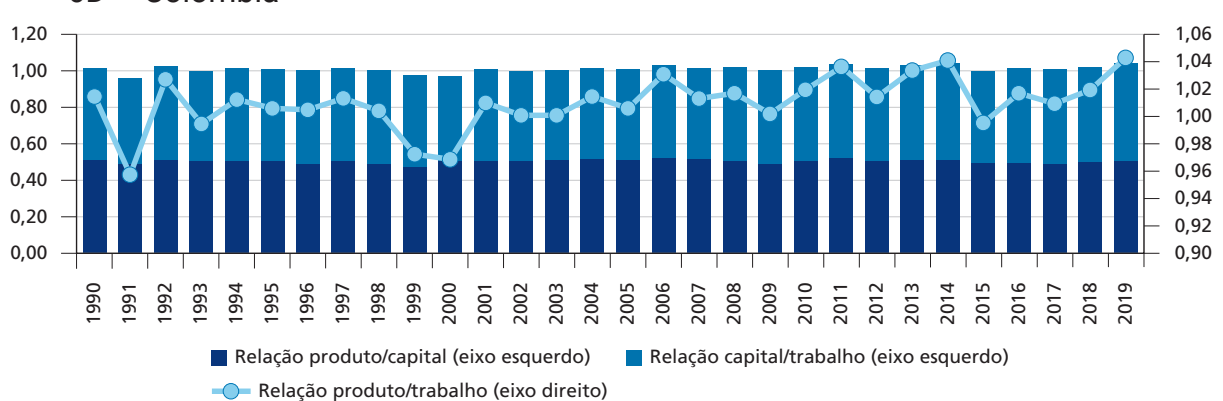
6B – Brasil



6C – Chile

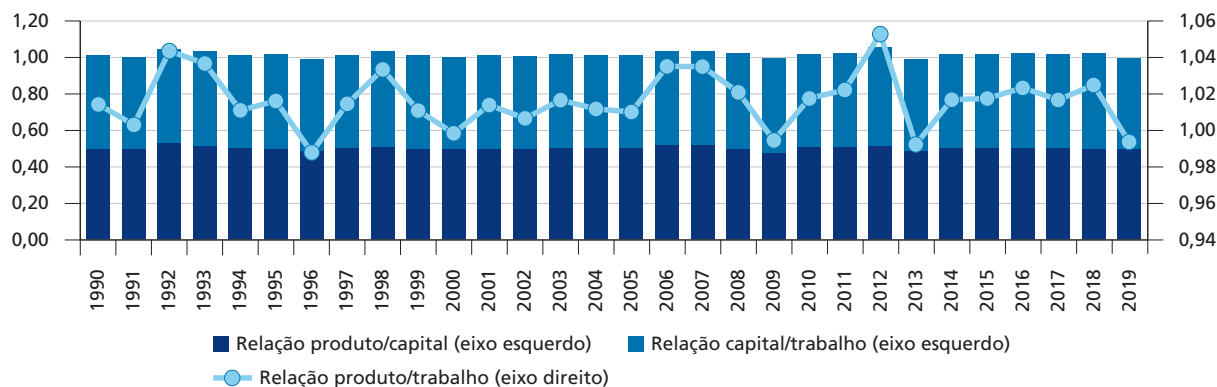


6D – Colômbia

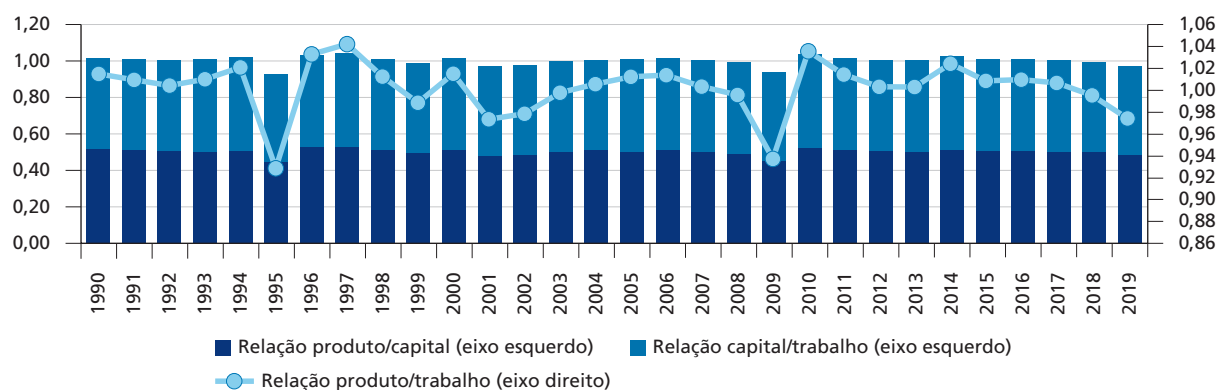


TEXTO para DISCUSSÃO

6E – Costa Rica



6F – México



Fonte: Extended Penn World Tables.

Elaboração dos autores.

Esses dados revelam que a tendência de desaceleração da produtividade do trabalho se manifestou em todos os países da amostra, exceto a Colômbia, não tendo sido verificadas variações positivas, seja na produtividade do capital, seja na intensidade de capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar os regimes de crescimento econômico para um conjunto de países selecionados da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México.

A partir do uso da metodologia de decomposição da taxa de crescimento do PIB, foi possível constatar que os regimes de crescimento da América Latina, em geral, e dos países da amostra, em particular, parecem ter sido do tipo *consumption-led growth*, com alguma evidência de que seus regimes de demanda tenham sido, igualmente, *wage-led*.

No que diz respeito aos regimes de produtividade, não foi possível uma identificação categórica, mas os dados revelaram o aumento da participação das atividades financeiras no comando do crescimento econômico pelo lado da oferta, assim como o declínio da produtividade do trabalho, com manutenção das contribuições relativas da produtividade do capital e da relação capital-trabalho. Essa evidência sugere que não pode ser descartada a hipótese de que a região tenha acelerado a financeirização periférica com efeitos negativos sobre a sua taxa de crescimento (Porcile e Lima, 2023; Kaltenbrunner e Paineira, 2018; Paula, Fritz e Prates, 2017).

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, Dec. 2001.
- _____. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. N. (Ed.). **Handbook of economic growth**. [s.l.]: Elsevier, Dec. 2005.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. New York: Crown Business, 2012.
- _____. **The narrow corridor: states, societies, and the fate of liberty**. Westminster: Penguin Publishing Group, 2020.
- AKCAY, Ü.; HEIN, E.; JUNGSMANN, B. **Financialisation and macroeconomic regimes in emerging capitalist economies before and after the Great Recession**. Berlin: IPE, 2021. (Working Paper, n. 158).
- ALAMI, I.; DIXON, A. D. The strange geographies of the 'new' state capitalism. **Political Geography**, n. 82, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102237>.
- AMABLE, B. **The diversity of modern capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- _____. Diversity of capitalism and macroeconomic policy. In: HEIN, E.; NIECHOJ, T.; STOCKHAMMER, E. (Ed.). **Macroeconomic policies on shaky foundations: whither mainstream economics?** Marburg: Metropolis-Verlag, 2009.
- _____. Diversity and the dynamics of capitalism. **European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention**, v. 15, n. 2, p. 238-248, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/ejeep.2018.02.13>.
- _____. **An open economy kaleckian model with public expenditure**. Geneva: University of Geneva, 2018b.

AMITRANO, C. R. **Instituições e desenvolvimento**: críticas e alternativas à abordagem de variedades de capitalismo. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.774095>.

_____. Capitalismo, instituições e desenvolvimento: uma nota sobre a abordagem de variedades de capitalismo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 35, 2011, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2011.

_____. Instituições e desenvolvimento: revisão seletiva da literatura e uma proposta de interpretação. *In*: MAGALHÃES, L. C.; PINHEIRO, M. M. S. **Instituições e desenvolvimento no Brasil**: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

AMSDEN, A. **The rise of “the rest”**: challenges to the west from late-industrializing economies. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BACCARO, L.; PONTUSSON, J. Rethinking comparative political economy: the growth model perspective. **Politics and Society**, v. 44, n. 2, p. 175-207, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329216638053>.

_____. The politics of growth models. **Review of Keynesian Economics**, v. 10, n. 2, p. 204-222, 2022.

BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-tracing methods**: foundations and guidelines. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

BECKER, U. **Open varieties of capitalism**: continuity, change and performances. London: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. **The BRICs and emerging economies in comparative perspective**. Routledge: Taylor and Francis, 2014. p. 195.

BEEBEE, H.; HITCHCOCK, C.; MENZIES, P. **The Oxford handbook of causation**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BEHRINGER, J.; TREECK, van T. **Varieties of capitalism and growth regimes**: the role of income distribution. [s.l.]: Hans Boeckler Foundation, 2017. (Working Papers, n. 9).

BERTOLA, B.; OCAMPO, J. A. **Latin America in the world economy (1810-2010)**: the economic development of Latin America since independence. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BLECKER, R. A.; SETTERFIELD, M. **Heterodox macroeconomics**: models of demand, distribution and growth. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

BLYTH, M.; MATTHIJS, M. Black swans, lame ducks, and the mystery of IPE's missing macroeconomy. **Review of International Political Economy**, v. 24, n. 2, p. 203-231, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2017.1308417>.

BOSCHI, R. **Variiedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BOYER, R. **How and why capitalisms differ**. Cologne: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Köln, 2005. (MPIfG Discussion Paper, n. 05/4).

_____. **Economie politique des capitalismes**. Paris: La Découverte, 2015.

BRUNO, M. A financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. In: MARQUES, R.; CARDOSO, J. C. (Org.). **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. Brasília: Fonacate, 2022.

BUHR, D.; FRANKENBERGER, R. Emerging varieties of incorporated capitalism: theoretical considerations and empirical evidence. **Business and Politics**, v. 16, n. 3, p. 393-427, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/bap-2013-0020>.

CAMPBELL, J. L.; PEDERSEN, O. K. The varieties of capitalism and hybrid success: Denmark in the global economy. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 2, p. 307-332, 2007.

COATES, D. **Varieties of capitalism, varieties of approaches**. London: Palgrave Macmillan, 2005.

COLLIER, D. Understanding process tracing. **Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, 2011.

COX, M. Power shifts, economic change and the decline of the West? **International Relations**, v. 26, n. 4, p. 369-388, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117812461336>.

CROUCH, C. Models of capitalism. **New Political Economy**, v. 10, n. 4, p. 439-456, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13563460500344336>.

CUNHA, E. S. M.; ARAÚJO, C. E. L. **Process tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

DEEG, R.; JACKSON, G. The state of the art: towards a more dynamic theory of capitalist variety. **Socio-Economic Review**, v. 5, p. 149-179, 2007.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies: a view from economic historians of the United States. In: HABER, S. (Ed.). **How Latin America fell behind**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

EPSTEIN, G. A. Introduction: financialization and the world economy. *In*: _____. (Ed.). **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FAINSHMIDT, S. *et al.* Varieties of institutional systems: a contextual taxonomy of understudied countries. **Journal of World Business**, v. 53, n. 3, p. 307-322, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2016.05.003>.

FEVEREIRO, J. B. **Decomposição da taxa de crescimento do PIB pelo lado da demanda: uma metodologia alternativa**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Carta de Conjuntura, n. 30).

GORDON, R. **Is U.S. economic growth over?** Faltering innovation confronts the six headwinds. Cambridge, Massachusetts: NBER, 2012. (Working Paper, n. 18315).

_____. The turtle's progress: secular stagnation meets the headwinds. *In*: TEULINGS, C.; BALDWIN, R. (Ed.). **Secular stagnation: facts, causes and cures**. London: CEPR, 2014.

HALL, P. A.; THELEN, K. Institutional change in varieties of capitalism. **Socio-Economic Review**, v. 7, n. 1, p. 7-34, Jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwn020>.

HALL, P.; SOSKICE, D. (Ed.). **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HANCKÉ, B.; RHODES, M.; THATCHER, M. **Beyond varieties of capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEIN, E. **The macroeconomic of finance-dominated capitalism and its crisis**. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

_____. **Distribution and growth after Keynes: a post-keynesian guide**. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

_____. Secular stagnation or stagnation policy? Steindl after summers. **PSL Quarterly Review**, v. 69, n. 276, p. 3-47, 2016.

_____. Financialisation and tendencies towards stagnation: the role of macroeconomic regime changes in the course of and after the financial and economic crisis 2007-2009. **Cambridge Journal of Economics**, v. 43, n. 4, p. 975-999, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cje/bez022>.

_____. Financialisation and stagnation: a macroeconomic regime perspective. *In*: WRAY, L. R.; DANTAS, F. (Ed.). **The handbook of economic stagnation**. London: Academic Press, 2022.

HEIN, E.; MARTSCHIN, J. The eurozone in crisis: a Kaleckian macroeconomic regime and policy perspective. **Review of Political Economy**, v. 32, n. 4, p. 563-588, 2020.

_____. Demand and growth regimes in finance-dominated capitalism and the role of the macroeconomic policy regime: a post-Keynesian comparative study on France, Germany, Italy and Spain before and after the Great Financial Crisis and the Great Recession. **Review of Evolutionary Political Economy**, v. 2, p. 493-527, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43253-021-00044-5>.

HEIN, E.; MELONI, W. P.; TRIDICO, P. Welfare models and demand-led growth regimes before and after the financial and economic crisis. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 5, p. 1-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2020.1744178>.

HICKS, J. R. **Causality in economics**. Canberra: Australian National University Press, 1980.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (Ed.). **Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 265-310.

HOLLINGSWORTH, J. R.; MÜLLER, K. H. On social systems of production and beyond. In: HOLLINGSWORTH, J. R.; MÜLLER, K. H.; HOLLINGSWORTH, E. J. (Ed.). **Advanced socio-economics: an institutionalist perspective**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

HOOVER, K. D. **Causality in macroeconomics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HOPE, D.; SOSKICE, D. Growth models, varieties of capitalism, and macroeconomics. **Politics and Society**, v. 44, n. 2, p. 209-226, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329216638054>.

HUMPHREYS, P. **The Oxford handbook of philosophy of science**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

KALTENBRUNNER, A.; PAINCEIRA, J. P. Subordinated financial integration and financialisation in emerging capitalist economies: the Brazilian experience. **New Political Economy**, v. 23, n. 3, p. 290-313, 2018. Disponível em: https://eprints.whiterose.ac.uk/117976/3/Brazilian%20Financialisation_KaltenbrunnerPainceira_R1.pdf.

KHANNA, P. **The future is Asian: commerce, conflict, and culture in the 21st century**. New York: Simon and Schuster, 2019.

KOHLER, K.; STOCKHAMMER, E. Growing differently? Financial cycles, austerity, and competitiveness in growth models since the global financial crisis. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 4, p. 1314-1341, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2021.1899035>.

LARA, M. F. As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-2014). **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2015.

LAVOIE, M. **Post-keynesian economics: new foundations**. 2nd ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2022.

LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: concept, theories and policies. *In: _____*. (Ed.). **Wage-led growth**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

MAZIARZ, M. **The philosophy of causality in economics**: causal inferences and policy proposals. 1st ed. Abingdon: Routledge, 2020.

MCMILLAN, M.; RODRIK, D. Globalization, structural change, and productivity growth. *In: BACCHETTA, M.; JANSEN, M.* (Ed.). **Making globalization socially sustainable**. Geneva: ILO; WTO, 2011.

MCMILLAN, M.; RODRIK, D.; SEPÚLVEDA, C. **Structural change, fundamentals, and growth**: a framework and case studies. Washington: IFPRI, 2016.

MCNALLY, C. A. Chaotic mélange: neo-liberalism and neo-statism in the age of sino-capitalism. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 2, p. 281-301, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1683595>.

MEIER, G. **Biography of a subject**: an evolution of development economics. 1st ed. [s.l.]: Oxford University Press, 2005.

MERTENS, D. *et al.* **Moving the center**: adapting the toolbox of growth model research to emerging capitalist economies. Berlin: IPE, 2022. (Working Paper, n. 188).

MORGAN, S. L. **Handbook of causal analysis for social research**. 1st ed. [s.l.]: Springer Netherlands, 2013.

NÖLKE, A. Economic causes of the Eurozone crisis: the analytical contribution of com-parative capitalism. **Socio-Economic Review**, v. 14, n. 1, p. 141-161, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwv031>.

_____. Dependent versus state-permeated capitalism: two basic options for emerg-ing markets. **International Journal of Management and Economics**, v. 54, n. 4, p. 269-282, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/ijme-2018-0026>.

NÖLKE, A.; VLIAGENTHART, A. Enlarging the varieties of capitalism: the emergence of de-pendent market economies in East Central Europe. **World Politics**, v. 61, n. 4, p. 670-702, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0043887109990098>.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C.; SUMMERHILL, W.; WEINGAST, B. R. Order, disorder and economic change: Latin America vs. North America. *In: MESQUITA, B. B.; ROOT, H.* (Ed.). **Governing for prosperity**. New Haven: Yale University Press, 2000.

NORTH, D. C.; THOMAS, R. P. **The rise of the western world**: a new economic history. New York: Cambridge University Press, 1983.

OCAMPO, J. A. The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries. *In*: OCAMPO, J. A. (Ed.). **Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

OCAMPO, J. A.; RADA, C.; TAYLOR, L. **Growth and policy in developing countries: a structuralist approach**. New York: Columbia University Press, 2009.

PAULA, L. F. de; FRITZ, B.; PRATES, D. M. Keynes at the periphery: currency hierarchy and challenges for economic policy in emerging economies. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 40, n. 2, p. 183-202, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01603477.2016.1252267>.

PEET, R.; HARTWICK, E. **Theories of development: contentions, arguments, alternatives**. 3rd ed. [s.l.]: The Guilford Press, 2015.

PIORE, M. J. Varieties of capitalism theory: its considerable limits. **Politics and Society**, v. 44, n. 2, p. 237-241, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329216638059>.

PORCILE, G.; LIMA, G. T. **Rentiers, strategic public goods, and financialization in the periphery**. Annandale-on-Hudson: Levy Institute, 2023. (Working Paper, n. 1017).

PRZEWORSKI, A. The last instance: are institutions the primary cause of economic development. **European Journal of Sociology**, v. 45, n. 2, p. 165-188, 2004.

QUAH, D. The global economy's shifting centre of gravity. **Global Policy**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1758-5899.2010.00066.x>.

ROS, J. **Development macroeconomics in Latin America and Mexico: essays on monetary, exchange rate, and fiscal policies**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SCHLUMBERGER, O. Structural reform, economic order, and development: patrimonial capitalism. **Review of International Political Economy**, v. 15, n. 4, p. 622-649, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290802260670>.

SCHNEIDER, B. R. **Business politics and the state in 20th century Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. A comparative political economy of diversified business groups, or how states organize capitalism. **Review of International Political Economy**, v. 16, n. 2, p. 178-201, 2009.

_____. **Hierarchical capitalism in Latin America: business, labor, and the challenges of equitable development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (Cambridge Studies in Comparative Politics).

SEN, A. K. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STOCKHAMMER, E. Post-keynesian macroeconomic foundations for comparative political economy. **Politics and Society**, v. 50, n. 1, p. 156-187, 2021.

STREECK, W. Varieties of varieties: 'VoC' and the growth models. **Politics and Society**, v. 44, n. 2, p. 243-247, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329216638060>.

SUMMERS, L. A. U.S. economic prospects: secular stagnation, hysteresis, and the zero lower bound. **Business Economics**, v. 49, n. 2, p. 65-73, 2014.

_____. Demand side secular stagnation. **American Economic Review: Papers and Proceedings**, v. 105, n. 5, p. 60-65, 2015.

TEULINGS, C.; BALDWIN, R. (Ed.). **Secular stagnation: facts, causes and cures**. London: CEPR, 2014.

VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P. **Why Latin American nations fail: development strategies in the twenty-first century**. Berkeley: University of California Press, 2017.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

